

## **Alocação Das Despesas Orçamentárias Na Perspectiva De Gênero**

**BIANCA BATISTA DE SOUSA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

**JANDERSON MARTINS VAZ**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

# **ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

## **1 INTRODUÇÃO**

Ao longo dos anos, tem-se observado um crescimento progressivo da participação das mulheres na esfera política. De acordo com dados do site Agência Senado (2020), as eleições de 2020 representaram um marco significativo, com um número recorde de candidaturas femininas e uma notável quantidade de mulheres eleitas. Dos 557.389 candidatos, 33,6% eram mulheres, totalizando cerca de 187.000 concorrendo a cargos legislativos e executivos em todo o país (Agência Senado, 2020). Apesar desses avanços, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2020 revelam que 12% dos eleitos para cargos executivos municipais eram mulheres, mantendo-se em proporção semelhante aos números de 2016. Enquanto isso, houve um aumento de 16% no número de vereadoras eleitas, embora ainda representando uma minoria significativa em comparação aos homens no legislativo municipal.

Esses números destacam a persistente disparidade de gênero na política, como observado por Sales e Veras (2020). Para abordar essa desigualdade, a legislação brasileira, especificamente a Lei nº 12.034, de 2009, estabelece quotas de gênero, exigindo que cada partido ou coligação apresente no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo (Brasil, 2009). No entanto, apesar dessas regulamentações, o TSE (2023) identificou fraudes eleitorais relacionadas a candidaturas fictícias, resultando na cassação de eleitos em pelo menos 38 casos. Isso ressalta a necessidade de medidas mais rigorosas de fiscalização para garantir a eficácia dessas políticas de representação de gênero.

A emenda constitucional nº 117, de 2022, visa fortalecer essas políticas, exigindo que os partidos políticos invistam no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário em programas que promovam a participação das mulheres. Além disso, a emenda estabelece que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Eleitoral sejam reservados para financiar campanhas eleitorais lideradas por mulheres, com essa mesma proporção sendo aplicada nas campanhas de rádio e televisão (Brasil, 2022).

É crucial reconhecer a importância da representação feminina na estrutura governamental para garantir que as diversas perspectivas e necessidades da população sejam adequadamente consideradas nas decisões políticas e na alocação de recursos públicos. Como observado por Alves e Fernandez (2024), uma maior presença de mulheres na política pode influenciar positivamente na distribuição de recursos. Portanto, a pesquisa busca responder: Como a alocação de recursos públicos varia entre prefeitos e prefeitas dos municípios de Minas Gerais, considerando um recorte de gênero, no período de 2017 a 2024?

Dessa forma, esta pesquisa se propõe analisar, comparativamente, a alocação de recursos públicos por prefeitos e prefeitas dos municípios de Minas Gerais, considerando um recorte de gênero, no período de 2017 a 2024. O estudo se baseia na premissa de Funk e Philips (2019), que sugere que as mulheres tendem a investir mais em áreas sociais, enquanto os homens priorizam esportes, infraestrutura e agricultura.

A relevância deste estudo se dá, por sua contribuição para a literatura acadêmica, buscando preencher uma lacuna na compreensão da influência do gênero nas políticas públicas, na medida em que se propõe a investigar a hipótese de que há diferenças significativas na alocação de recursos em municípios com gestões lideradas por homens e por mulheres. Além disso, os resultados podem auxiliar na formulação de políticas mais inclusivas e equitativas no futuro, fornecendo subsídios para grupos de defesa dos direitos das mulheres e para a sociedade em geral.

Para atingir os objetivos deste trabalho, foram realizadas pesquisas no site do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) para levantar informações sobre os candidatos eleitos nos municípios de Minas Gerais. Especificamente, foram coletados dados sobre homens e mulheres eleitos nos anos de 2016 e 2020. O estudo adotou como recorte temporal os períodos de 2018-2019 e 2022-2023, que corresponderam aos dois primeiros anos de cada ciclo do Plano Plurianual (PPA), comparando as gestões municipais lideradas por homens e por mulheres. Foram analisados os dados orçamentários disponibilizados pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). O cruzamento dessas informações permitiu uma análise mais precisa das diferenças na alocação de recursos entre gestões lideradas por homens e por mulheres.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo, são apresentadas as teorias fundamentais para a pesquisa. Primeiramente, discute-se a participação feminina na gestão pública, destacando os desafios que as mulheres ainda enfrentam para alcançar cargos gerenciais e as características distintivas de sua liderança. Em seguida, examina-se a influência da representação feminina na composição das despesas públicas em diversos contextos.

### **2.1 Participação feminina na política e em cargos de liderança**

No Brasil, em 1932, foi concedido às mulheres o direito de votar e de serem votadas, por meio do Decreto nº 21.076 de 1932 (Câmara, 2021). No entanto, a luta feminina por direitos políticos tem precedentes anteriores à proclamação da República, embora seja somente a partir de 1900 que o movimento ganha visibilidade, como exemplificado pela criação do Partido Republicano Feminino, fundado por Leolinda de Figueiredo Daltro, com o objetivo de mobilizar mais mulheres na luta pelo direito ao voto (TRE-GO, sem data).

De acordo com Sales e Veras (2020), existem dois tipos de participação política: a formal, por meio dos votos, e a informal, através da participação nos movimentos sociais na busca pela efetivação dos direitos. Neste contexto, as autoras demonstram, por meio de exemplos, que as mulheres sempre recorreram à política informal para concretizar seus direitos, uma vez que não tinham direito ao voto.

Além disso, segundo Gohn (2007), as mulheres foram maioria e desempenharam um papel fundamental nos movimentos sociais, ainda que historicamente tenham sido invisibilizadas. Elas se mobilizaram tanto nos movimentos feministas quanto nos populares e comunitários. No mesmo artigo, a autora traça a trajetória histórica do feminismo, identificando três grandes ondas: a luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos, as lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, e a crítica à representação da mulher nos meios de comunicação. Gohn (2007) enfatiza que, apesar dos avanços institucionais, especialmente após a Constituição de 1988, as políticas públicas voltadas às mulheres, em muitos casos, foram marcadas por uma lógica assistencialista e despolitizada, deixando de reconhecê-las plenamente como sujeitos históricos e políticos.

Assim, segundo Lobo (1991), as mulheres desempenham um papel importante nos movimentos, porém isso não se reflete adequadamente na representação oficial, onde, geralmente, os líderes ainda são homens, e a presença das mulheres na política é limitada. Para Colucci, Telles e Souza (2023), a sub-representação feminina em posições de liderança é influenciada por fatores culturais e comportamentais, decorrentes da histórica exclusão da participação feminina na sociedade.

Conforme estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024), 39,3% das mulheres ocuparam cargos gerenciais no país em 2022. Assim, o texto destaca que

a discrepância de gênero, experimentada pelas mulheres ao longo da vida, impacta na sua remuneração e aposentadoria. O estudo ainda revela que as mulheres estão mais presentes em cargos gerenciais nos setores de educação, saúde humana e serviços sociais, com 69,4% e 70%, respectivamente (IBGE, 2024).

Azevedo (2022) observa que as mulheres em funções de gestão pública enfrentam obstáculos em relação à liderança feminina, havendo questionamentos sobre seu estilo e autenticidade, além do desafio de conciliar responsabilidades profissionais e familiares. Além disso, Miltersteiner et al. (2020) destacam que, ao almejam cargos mais altos nas organizações, as mulheres se deparam com o desafio de superar estereótipos que as rotulam como frágeis, enfrentando obstáculos para avançar em suas carreiras.

Para Funk e Molina (2021), "a representação feminina na liderança de uma organização é importante na busca por um ambiente de trabalho mais equitativo para o grupo como um todo". A pesquisa das autoras também demonstrou que, nos municípios brasileiros onde há uma mulher no executivo, as diferenças salariais de gênero na burocracia executiva municipal são menores em comparação com aqueles liderados por prefeitos homens (Funk e Molina, 2021).

Funk (2020) examinou em seu artigo as respostas iniciais das prefeitas dos EUA no contexto da pandemia de COVID-19 e identificou quatro características marcantes das líderes femininas no enfrentamento da crise. Primeiramente, as prefeitas demonstraram liderança proativa ao reconhecerem a gravidade da pandemia, mesmo diante de críticas. Em segundo lugar, elas defenderam uma tomada de decisão transparente e baseada em evidências em todos os níveis de governo. Terceiro, expressaram preocupações com as comunidades vulneráveis e com a forma como a COVID-19 poderia agravar as desigualdades existentes, implementando medidas para minimizar essas disparidades. Por fim, compartilharam ativamente conselhos sobre melhores práticas e lições aprendidas, fornecendo exemplos para que outros líderes locais seguissem.

Apesar da literatura demonstrar a importância da liderança feminina na gestão pública, no contexto brasileiro, principalmente em Minas Gerais, a gestão estadual e municipal ainda precisa avançar. O relatório "Participação feminina na gestão pública mineira", em que analisou a presença das mulheres e a faixa salarial na administração pública estadual e municipal, com base em dados do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais (CAPMG) extraídos em janeiro de 2025. A metodologia considerou vínculos distintos por CPF, cargo e órgão, focando em cargos comissionados de recrutamento amplo e recrutamento restrito.

Diante desse contexto, os resultados apontaram que as mulheres predominam nas faixas salariais mais baixas (de até R\$ 5.000,00), enquanto os homens ocupam a maioria dos cargos com remunerações mais altas. A exceção foi nas estatais dependentes estaduais, onde as mulheres são maioria nos cargos comissionados de recrutamento amplo. No âmbito municipal, observou-se leve aumento da presença feminina até a faixa de R\$ 10.000,00. O estudo conclui que, embora haja avanços, persistem desigualdades de gênero na gestão pública mineira, recomendando revisar políticas de recrutamento, promover capacitação de mulheres para cargos de liderança e aprimorar a qualidade dos dados públicos, a fim de avançar na equidade de gênero.

## **2.2 Despesas públicas segundo o gênero do gestor público**

Funk e Philips (2019) investigaram se a eleição de mulheres para cargos em governos locais altera a distribuição das despesas governamentais para beneficiar as mulheres. Utilizando dados de mais de 5.400 municípios brasileiros entre 2005 e 2012, concluíram que mulheres no poder tendem a gastar mais em educação, cuidados com a saúde e assistência social, e menos em áreas consideradas masculinas, como transporte e desenvolvimento urbano. Além disso, os

resultados também apresentaram que a representação legislativa feminina influencia significativamente na alocação de despesas em questões femininas, evidenciada pela maior porcentagem de mulheres vereadoras.

Complementando essa perspectiva, Pimenta e Vaz (2021) analisaram as características do orçamento público em diferentes contextos de participação feminina nos poderes executivo e legislativo. A principal questão de pesquisa foi se “a representação feminina traz uma alocação maior de recursos em áreas sociais, como Saúde, Educação e Assistência Social?”. A pesquisa, realizada na microrregião de Lavras - MG, analisou as despesas previstas para os municípios em 2018, 2019 e 2020. Os resultados indicaram que municípios com maior participação feminina tendem a alocar mais recursos na área da saúde e que a presença de mulheres na Câmara Municipal aumenta a alocação de recursos em educação.

A pandemia do Covid-19 trouxe um novo contexto para essa discussão. Melo, Vaz e Cruz (2023) examinaram o impacto da participação feminina no orçamento público municipal durante a pandemia. Analisando despesas executadas em 2020 e 2021 em gestões masculinas e femininas na microrregião de Lavras - MG, concluíram que a saúde foi uma prioridade independente da gestão. No entanto, áreas consideradas masculinas como agricultura, esporte e lazer, e urbanismo receberam mais recursos em gestões masculinas, enquanto assistência social, saúde e educação receberam mais recursos em gestões femininas.

Nos Estados Unidos da América (EUA), Courtemanche e Green (2017) estudaram o efeito da representação feminina nas legislaturas estaduais sobre os gastos estaduais com saúde para crianças pobres, deficientes e idosos de 1999 a 2009. Os autores concluíram que o gasto médio em saúde aumenta na medida em que a população beneficiária e o número de mulheres em uma legislatura estatal crescem.

Por outro lado, Ferreira e Gyourko (2014) investigaram o impacto da participação feminina no poder executivo das cidades dos EUA. Analisando mais de 5.500 eleições diretas para prefeitos entre 1950 e 2005 em cidades com populações de cerca de 25.000 pessoas, concluíram que não há impacto significativo ao ter uma mulher como chefe do executivo no governo local, na composição das despesas ou nas taxas de criminalidade locais.

Em Israel, Steklov, Gofen e Reingewertz (2023) pesquisaram a influência da representação feminina nos gastos sociais do governo local. Para tanto, analisaram dados de relatórios de despesas ao longo de nove anos, concluindo que apenas as despesas com educação são influenciadas pela representação feminina e somente quando há uma presidente feminina na Câmara.

As discussões apresentadas contribuem significativamente para a compreensão da distribuição de recursos públicos sob a perspectiva de gênero do gestor, ao fornecerem subsídios teóricos para analisar a existência de diferenças na alocação orçamentária em gestões femininas e masculinas.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar, comparativamente, a alocação de recursos públicos por prefeitos e prefeitas dos municípios de Minas Gerais, com um enfoque de gênero, abrangendo o período de 2017 a 2024. Fundamentada na premissa de Funk e Philips (2019), que sugere que as mulheres tendem a investir mais em áreas sociais, enquanto os homens priorizam esportes, infraestrutura e agricultura, esta investigação busca identificar diferenças significativas na alocação de recursos em municípios com gestões lideradas por homens e por mulheres.

Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter descritivo-explicativo que segundo Gil (2023, p. 27), a pesquisa descritiva "tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno" e segundo o mesmo autor, as pesquisas explicativas “têm

como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para ocorrência de fenômenos” (Gil, 2023, p. 28). O estudo visa analisar e demonstrar como a presença feminina em cargos executivos influencia a distribuição das despesas governamentais de forma diferente dos homens. Adota-se uma abordagem quantitativa, com a aplicação do teste da Análise Multivariada da Variância (MANOVA) para verificar se há diferenças na distribuição dos gastos públicos.

A população do estudo consiste nos municípios do estado de Minas Gerais. A amostra foi selecionada por meio de amostragem intencional, a qual, de acordo com Paula (2019), é caracterizada por ser escolhida deliberadamente pelo pesquisador, focando nos municípios que registraram alternância de gestão entre prefeitos e prefeitas no período de 2017 a 2024. O levantamento inicial foi realizado no site do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), utilizando os resultados das eleições municipais de 2016 e de 2020.

### **3.1 Amostra e dados**

Visando a consecução dos objetivos do estudo, a amostra que compõem a pesquisa contempla os municípios do estado de Minas Gerais que tiveram troca de gestão feminina por gestão masculina, ou em modo recíproco. O processo de seleção dos municípios ocorreu em duas etapas e utilizou os dados disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Na primeira etapa, foram identificadas as candidatas eleitas para o cargo de prefeita em 2016. Em seguida, verificou-se nos resultados das eleições de 2020 quais desses municípios passaram a ser governados por prefeitos do sexo masculino. Esse cruzamento de informações resultou na seleção de 42 municípios nos quais ocorreu a transição de gestões lideradas por mulheres para gestões lideradas por homens.

Na segunda etapa, realizou-se o processo inverso. Foram identificados os municípios que, nas eleições de 2016, elegeram prefeitos do sexo masculino e que após as eleições de 2020 passaram a ser governados por prefeitas. Como resultado, foram selecionados 39 municípios que passaram por essa mudança de gestão de homens para mulheres.

A primeira etapa de seleção da amostra teve como objetivo selecionar os municípios que serviram de base para responder à pergunta de pesquisa: “Como a alocação de recursos públicos varia entre prefeitos e prefeitas dos municípios de Minas Gerais, considerando um recorte de gênero, no período de 2017 a 2024?”.

Já em relação a coleta dos dados orçamentários, foi realizada por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), especificamente na aba "Consulta Finbra". Foram utilizados dados extraídos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2022 e 2023. Esses anos foram selecionados por corresponderem aos dois primeiros anos de execução dos Planos Plurianuais (PPA) dos mandatos iniciados a partir das eleições municipais de 2016 e 2020, respectivamente.

O Plano Plurianual (PPA) é definido como “um instrumento de planejamento governamental utilizado para definir as prioridades, metas e objetivos do governo para um período de quatro anos” (Goiás, s.d.). Dessa forma, a análise dos dois primeiros anos de cada PPA permite observar as diretrizes adotadas pelas gestões municipais eleitas em diferentes contextos políticos e sociais.

Para a extração dos dados no SICONFI, foram aplicados os seguintes filtros: periodicidade bimestral; período correspondente ao 6º bimestre de cada exercício; escopo da consulta limitado aos municípios do estado de Minas Gerais; e seleção do Anexo 02 – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção. O sistema gerou planilhas com as informações orçamentárias, as quais foram filtradas para incluir apenas os municípios previamente selecionados nesta pesquisa.

Foram analisadas as despesas empenhadas nas seguintes funções: Assistência Social, Saúde, Educação, Urbanismo, Agricultura e Desporto e Lazer. A escolha dessas áreas baseia-se na literatura. Funk e Philips (2019) identificaram que gestoras do sexo feminino tendem a alocar mais recursos em áreas consideradas femininas, como saúde, educação e assistência social. Por outro lado, os autores observaram que gestores do sexo masculino priorizam setores como transporte e desenvolvimento urbano. De forma semelhante, Pimenta e Vaz (2021) concluíram que municípios com maior participação feminina investem mais em saúde. Por fim, Melo, Vaz e Cruz (2023) destacaram que as áreas de agricultura, esporte e lazer, e urbanismo receberam maior volume de recursos sob gestões masculinas.

Os valores orçamentários coletados foram convertidos em valores per capita, ou seja, divididos pela população de cada município. Essa padronização permitiu uma comparação mais precisa entre diferentes grupos, além de ajustar eventuais problemas de escala.

### **3.2 Análise de dados**

A análise dos dados foi conduzida por meio do emprego de estatística multivariada, utilizando-se do software JAMOVI, realizando o Teste MANOVA. Segundo Hair et al. (2009), o Teste MANOVA é uma extensão da ANOVA que permite analisar mais de uma variável dependente ao mesmo tempo. Essa técnica avalia diferenças entre grupos com base em variáveis dependentes métricas, utilizando como referência variáveis independentes (não métricas).

Foi considerado como variável independente o gênero do gestor municipal, classificado em quatro grupos: Grupo 0, para a gestão feminina eleita em 2016 com 84 observações; Grupo 1, para a gestão masculina eleita em 2020 com 84 observações; Grupo 2, para gestão masculina eleita em 2016 com 78 observações e; Grupo 3, para gestão feminina eleita em 2020 com 78 observações.

As variáveis dependentes são os valores per capita das despesas empenhadas nos intervalos de 2018 a 2019, para os grupos 0 e 2, e 2022 a 2023, para os grupos 1 e 3, das seguintes áreas: Assistência Social, Saúde, Educação, Urbanismo, Agricultura e Desporto e Lazer.

Além disso, as nomenclaturas das variáveis dependentes foram padronizadas para facilitar o processamento e a análise dos dados no software JAMOVI. Dessa forma, foram atribuídas as seguintes siglas: Despesas Empenhadas em Assistência Social (DE-AS), Despesas Empenhadas em Saúde (DE-S), Despesas Empenhadas em Educação (DE-E), Despesas Empenhadas em Urbanismo (DE-U), Despesas Empenhadas em Agricultura (DE-A) e Despesas Empenhadas em Desporto e Lazer (DE-DL).

Para análise do ajuste dos dados foram empregados os testes de estatística multivariada: Traço de Pillai; Lambda de Wilks; Traço de Hotelling e Maior Raiz de Roy.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise estatística obtida ao longo da pesquisa. Primeiramente, realizou-se a análise descritiva por área; na sequência, examinou-se o comportamento dos grupos na análise descritiva, e, por fim, apresentam-se os resultados do teste estatístico MANOVA.

### **4.1 Análise descritiva dos dados**

Na tabela 1, pode-se observar que as áreas de Saúde e Educação concentram os maiores valores médios, de R\$1.253,00 e R\$1.070,00, respectivamente. Esses resultados indicam uma priorização orçamentária nessas duas áreas, sendo essa uma determinação constitucional.

Entretanto, os valores de Desvio Padrão observados (657 para Saúde e 533 para Educação), juntamente com as amplitudes significativas, apontam para uma representativa variabilidade nos valores investidos entre os dados analisados, sugerindo diferenças na alocação de recursos.

Na sequência, a função de governo Urbanismo aparece como a terceira área com maior média de investimento (R\$452,00), seguido pela Assistência Social (R\$156,00), Agricultura (R\$74,90) e, por fim, Desporto e Lazer (R\$41,30), que apresentou os menores valores médios e medianos.

Tabela 1 - Análise descritiva por áreas

|                      | DE-AS | DE-S | DE-E | DE-U | DE-A | DE-DL |
|----------------------|-------|------|------|------|------|-------|
| <b>N</b>             | 324   | 324  | 324  | 324  | 324  | 324   |
| <b>Média</b>         | 156   | 1253 | 1070 | 452  | 74.9 | 41.3  |
| <b>Mediana</b>       | 130   | 1142 | 959  | 347  | 37.6 | 24.4  |
| <b>Desvio-padrão</b> | 100   | 657  | 533  | 419  | 117  | 47.9  |
| <b>Amplitude</b>     | 649   | 4897 | 3217 | 3419 | 948  | 285   |

Fonte: Dos autores (2025).

A partir das informações dispostas na Tabela 1 é possível observar que há uma hierarquia na alocação de recursos em setores comumente associados a políticas públicas básicas.

Na tabela 2, é possível observar a estatística descritiva dos dados orçamentários por gênero, representado em cada grupo.

Tabela 2 - Análise descritiva por áreas e grupos

|                      | <b>Grupo</b> | <b>DE-AS</b> | <b>DE-S</b> | <b>DE-E</b> | <b>DE-U</b> | <b>DE-A</b> | <b>DE-DL</b> |
|----------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| <b>Média</b>         | <b>0</b>     | 101          | 859         | 735         | 280         | 31.5        | 23.6         |
|                      | <b>1</b>     | 208          | 1686        | 1460        | 772         | 107         | 59.9         |
|                      | <b>2</b>     | 112          | 818         | 694         | 224         | 46.2        | 21.8         |
|                      | <b>3</b>     | 202          | 1646        | 1386        | 521         | 115         | 59.8         |
| <b>Mediana</b>       | <b>0</b>     | 97.7         | 818         | 702         | 248         | 19.4        | 16.9         |
|                      | <b>1</b>     | 187          | 1582        | 1395        | 563         | 52.2        | 44.5         |
|                      | <b>2</b>     | 94.3         | 766         | 654         | 205         | 28.3        | 11.7         |
|                      | <b>3</b>     | 161          | 1423        | 1260        | 418         | 65.5        | 33.5         |
| <b>Desvio-padrão</b> | <b>0</b>     | 39.6         | 271         | 240         | 163         | 34.4        | 19.4         |
|                      | <b>1</b>     | 99.6         | 592         | 514         | 610         | 166         | 52.4         |
|                      | <b>2</b>     | 62.0         | 314         | 215         | 119         | 50.7        | 26.0         |
|                      | <b>3</b>     | 126          | 730         | 514         | 301         | 135         | 64.2         |
| <b>Amplitude</b>     | <b>0</b>     | 174          | 1160        | 1209        | 872         | 171         | 80.3         |
|                      | <b>1</b>     | 512          | 3721        | 3217        | 3415        | 948         | 206          |
|                      | <b>2</b>     | 291          | 1989        | 1218        | 535         | 218         | 159          |
|                      | <b>3</b>     | 590          | 4086        | 2559        | 1457        | 560         | 285          |

Fonte: Dos autores (2025).

Ao categorizar os dados conforme o sexo do representante do poder executivo, é possível observar variações nas médias de despesas empenhadas entre os grupos femininos (0 e 3) e masculinos (1 e 2).

Como descrito na tabela 1, as áreas de Saúde e Educação são as que receberam a maior alocação média de recursos, independentemente do grupo. A média das despesas per capita com Saúde foi de aproximadamente R\$1.252,50 para os grupos femininos e R\$1.252,00 para os grupos masculinos, indicando equilíbrio na destinação orçamentária entre os grupos nessa área. De acordo com Melo, Vaz e Cruz (2023), a saúde foi priorizada pelas gestões públicas durante a pandemia, independentemente do gênero do gestor. Esta constatação sugere que o equilíbrio

na distribuição de recursos para a área da saúde pode estar relacionado ao cenário excepcional da crise sanitária.

Na Educação, os grupos masculinos (grupos 1 e 2) apresentaram uma média ligeiramente superior, R\$1.077,00, em comparação aos grupos femininos (grupos 0 e 3), R\$1.060,50. Já na área de Urbanismo, a disparidade é mais evidente: os grupos 1 e 2 apresentaram maior média de despesa (R\$498,00) em relação aos grupos 0 e 3 (R\$400,50). No entanto, áreas como Agricultura e Desporto e Lazer não apresentaram diferenças expressivas. Embora existam essas variações, os dados apresentam, relativamente, um elevado desvio-padrão e a amplitude notada em todos os grupos indicam uma ampla dispersão dos dados. Isso sugere que apenas a média não é adequada para afirmar que o gênero tem um impacto relevante na distribuição das despesas. Estes resultados vão ao encontro de Melo, Vaz e Cruz (2023), ao abordar que a área de urbanismo recebeu mais recursos nas gestões masculinas.

#### 4.2 Análise Multivariada dos Dados (MANOVA)

Para determinar se há uma diferença significativa no padrão de distribuição de despesas públicas entre os grupos de gestores (feminino e masculino), foi conduzida uma análise multivariada de variância (MANOVA), considerando como variáveis dependentes as despesas *per capita* realizadas nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Urbanismo, Agricultura e Desporto e Lazer. Os resultados dos testes multivariados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3 - Testes multivariados

|              |                           | valor | F    | gl1 | gl2 | p     |
|--------------|---------------------------|-------|------|-----|-----|-------|
| <b>Grupo</b> | <b>Traço de Pillai</b>    | 0.558 | 12.1 | 18  | 951 | <.001 |
|              | <b>Lambda de Wilks</b>    | 0.482 | 14.6 | 18  | 891 | <.001 |
|              | <b>Traço de Hotelling</b> | 0.993 | 17.3 | 18  | 941 | <.001 |
|              | <b>Maior raiz de Roy</b>  | 0.904 | 47.7 | 6   | 317 | <.001 |

Fonte: Dos autores (2025).

Na tabela 3, observa-se que os resultados mostraram que houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos com os resultados de valor p. menor que 0,005.

Para garantir a validade dos resultados foram analisados os pressupostos estatísticos verificando a homogeneidade e a normalidade dos dados por meio dos testes: Teste de Box (tabela 4) e Shapiro-Wilk (tabela 5).

Tabela 4 - Teste de Box à Homogeneidade da Matriz de Covariância

| $\chi^2$ | gl | p |
|----------|----|---|
|----------|----|---|

|     |    |       |
|-----|----|-------|
| 939 | 63 | <.001 |
|-----|----|-------|

Fonte: Dos autores (2025).

Tabela 5 - Teste de Shapiro-Wilk à Normalidade Multivariada

| W     | p     |
|-------|-------|
| 0.783 | <.001 |

Fonte: Dos autores (2025).

A homogeneidade das matrizes de covariância entre os grupos foi testada por meio do Teste de Box. Este teste avalia se as matrizes de covariância das variáveis dependentes são iguais em todos os grupos independentes. Segundo Nogueira e Pereira (2013, p. 8) “muitos testes de hipóteses sobre médias ou efeitos de tratamentos são realizados pressupondo que as variâncias das populações amostradas sejam iguais”. Diante disso, o teste de homogeneidade é importante para garantir que a MANOVA interprete corretamente as diferenças entre os grupos.

Na tabela 4, observa-se que o Teste de Box foi estatisticamente significativo (com valor  $p < 0,001$ ), indicando que houve a violação de homogeneidade. No entanto, conforme destacado por Hair et al. (2009), a MANOVA é robusta a essa violação quando os tamanhos amostrais são semelhantes entre os grupos, o que é o caso nesta pesquisa, com grupos contendo entre 78 e 84 observações.

Na tabela 5, nota-se que normalidade multivariada foi avaliada por meio do Teste de Shapiro-Wilk, aplicado ao conjunto das variáveis dependentes. A estatística do teste foi significativa ( $W = 0,783$ ;  $p < 0,001$ ), sugerindo que os dados não seguem uma distribuição normal multivariada.

Embora a normalidade seja uma suposição importante para a MANOVA, sua violação não compromete necessariamente os resultados quando a amostra é suficientemente grande. Segundo Stevens (2009), amostras com mais de 30 observações por grupo reduzem a sensibilidade da MANOVA a desvios da normalidade, permitindo a continuação da análise com relativa segurança.

Após a realização dos testes de pressupostos, constatou-se a violação tanto da homogeneidade das matrizes de covariância, pelo Teste de Box ( $p < 0,001$ ), quanto da normalidade multivariada, pelo Teste de Shapiro-Wilk ( $p < 0,001$ ). De acordo com Hair et al. (2009) e Stevens (2009), tais violações podem comprometer a validade de estatísticas multivariadas mais tradicionais.

Neste contexto, decidiu-se utilizar o Traço de Pillai como a estatística principal para a interpretação dos resultados da MANOVA, pois, de acordo com Hair et al (2009) Stevens (2009), é o teste mais confiável em casos de violação de pressupostos. O Traço de Pillai apresenta a vantagem de ser menos suscetível a desvios de normalidade e heterogeneidade das matrizes, permitindo uma avaliação mais confiável. Segundo Souza et al. (2023) é um dos testes mais robustos disponíveis para a análise de variância multivariada (MANOVA).

A análise multivariada de variância (MANOVA) foi conduzida para investigar se há diferenças na alocação de recursos entre os grupos femininos e masculinos em relação às

variáveis dependentes: despesas empenhadas em Assistência Social (DE-AS), Saúde (DE-S), Educação (DE-E), Urbanismo (DE-U), Agricultura (DE-A) e Desporto e Lazer (DE-DL).

A hipótese inicial deste estudo sugere que, há diferenças significativas na alocação de recursos em municípios com gestões lideradas por homem e por mulheres se baseando na pesquisa de Funk e Philips (2019) de que os municípios liderados por mulheres, os investimentos seriam mais voltados para áreas sociais, enquanto os municípios liderados por homens, a prioridade seria a infraestrutura. No entanto, os resultados mostraram que, embora haja diferenças na forma como os recursos são distribuídos, elas não seguem a lógica esperada de que mulheres priorizam áreas sociais e homens, infraestrutura.

Esses resultados divergem daqueles obtidos na pesquisa de Pimenta e Vaz (2021), que indicaram que municípios com mais mulheres na chefia do poder executivo investiram mais recursos em saúde e educação. Os resultados também divergem dos apresentados por Ferreira e Gyourko (2014), que observaram que a presença de mulheres no cargo de liderança do executivo não tem grande impacto nas decisões sobre as despesas.

Porém, o estudo se alinha com os achados de Melo, Vaz e Cruz (2023), que identificaram que a saúde foi a área mais priorizada pelas gestões durante a pandemia, independentemente do gênero do gestor e que as gestões lideradas por homens concentraram mais recursos em urbanismo.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar comparativamente a alocação de recursos públicos por prefeitos e prefeitas dos municípios de Minas Gerais, considerando um recorte de gênero no período de 2017 a 2024. A partir da aplicação da Análise Multivariada da Variância (MANOVA) sobre as despesas empenhadas em diferentes áreas, foi possível identificar que, embora existam diferenças na forma como homens e mulheres distribuem recursos públicos, essas diferenças não seguem rigidamente as divisões apontadas pela literatura.

Observou-se que prefeitas e prefeitos investem de maneira variada em setores como Assistência Social, Saúde, Educação, Urbanismo, Agricultura e Desporto e Lazer, sem uma separação clara entre áreas ditas "femininas" ou "masculinas". Esse resultado sugere que outros fatores, além do gênero, como contexto excepcional, por exemplo, a pandemia e as características locais podem influenciar as decisões orçamentárias.

Apesar das limitações relacionadas ao período de análise — que abrangeu os dois primeiros anos do Plano Plurianual dos municípios selecionados, coincidindo com o período da pandemia do Covid-19, o que pode ter influenciado os resultados — o tamanho da amostra também apresentou restrições, já que foram considerados municípios que passaram por trocas de gestão entre prefeitos de gêneros diferentes (de feminino para masculino e de masculino para feminino). Os resultados reforçam a necessidade de se repensar a abordagem de gênero na análise da gestão pública. Recomenda-se que futuras pesquisas considerem períodos mais amplos, incluindo os quatro anos do ciclo do Plano Plurianual, além de uma amostra maior de municípios analisados. Além disso, é importante aprofundar a investigação incorporando variáveis contextuais e qualitativas, como o perfil socioeconômico dos municípios.

Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão da influência de fatores de gênero na administração pública municipal, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e equitativas para a promoção de uma análise mais crítica sobre a atuação de homens e mulheres no setor público.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA SENADO. **Cresce número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020**

Fonte: Agência Senado. 2020. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>. Acesso em: 21 abr. 2024

ALVES, Iara; FERNANDEZ, Michelle. **Chamada para Edição Especial: Mulheres na gestão pública: caminhos para a igualdade de gênero.** 2024. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/announcement/view/49>. Acesso em: 27 abr. 2024.

AZEVEDO, M. V. de A. D. **Labirinto da liderança: Um estudo sobre gestão feminina no setor público.** Repositório Institucional da UFPB. João Pessoa – PB. TCC (graduação), 19f; 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23435>. Acesso em: 07 maio de 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 117, de 05 de abril de 2022.** Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.. . Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc117.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc117.htm). Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009.** Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.. . Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3). Acesso em: 02 maio 2024.

CÂMARA, Agência. **A CONQUISTA DO VOTO FEMININO.** 2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COLUCCI, Bruna; TELLES, Raissa M.; SOUZA, Stefani S.. **O papel da mulher na gestão pública: uma discussão sobre os espaços de liderança.** 2023. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/coisapublica/2023/09/06/o-papel-da-mulher-na-gestao-publica-uma-discussao-sobre-os-espacos-de-lideranca/>. Acesso em: 07 maio 2024.

COURTEMANCHE, Marie; GREEN, Joanne. **The Influence of Women Legislators on State Health Care Spending for the Poor.** Social Sciences, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 40, 16 abr. 2017. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/socsci6020040>.

FERREIRA, Fernando; GYOURKO, Joseph. **Does gender matter for political leadership? The case of U.S. mayors.** Journal Of Public Economics, [S.L.], v. 112, p. 24-39, abr. 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpubeco.2014.01.006>.

FUNK, Kendall D.. **Local Responses to a Global Pandemic: women mayors lead the way.** Politics & Gender, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 968-974, 14 jul. 2020. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1743923x20000410>.

FUNK, Kendall D.; MOLINA, Angel Luis. **Closing the Gap: how mayors' individual attributes affect gender wage disparities in local bureaucracies**. Review Of Public Personnel Administration, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 553-573, 16 mar. 2021. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0734371x211002610>.

FUNK, Kendall D.; PHILIPS, Andrew Q. **Representative budgeting: Women mayors and the composition of spending in local governments**. Political Research Quarterly, v. 72, n. 1, p. 1933, 2019.

Gil, Antonio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. 7. ed [2ª Reimp.]. - Barueri [SP]: Atlas, 2023

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – **atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 41–70, 2007.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. **Plano Plurianual – PPA**. Disponível em: <https://ppa.go.gov.br/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

HAIR, Joseph F. Jr. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Biblioteca, Rio de Janeiro, 3 Ed, p.12, 2024. Trienal. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf). Acesso em: 07 maio 2024.

LOBO, Elisabeth Souza. **O GÊNERO DA REPRESENTAÇÃO: Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)**. 1991. Disponível em: <https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/xmlui/handle/123456789/527>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MELO, Ana Paula de Oliveira; VAZ, Janderson Martins; CRUZ, Karina Kelen da. **MULHER NA GESTÃO PÚBLICA: ORÇAMENTO PÚBLICO SOB O VIÉS DE GÊNERO NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19**. 2023. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2023.

MILTERSTEINER, Renata Kessler; OLIVEIRA, Fátima Bayma de; HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; SANT'ANNA, Anderson de Souza; MOURA, Luiz Carlos. **Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública**. Cadernos Ebape.Br, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 406-423, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120190176>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Participação feminina na gestão pública mineira. Belo Horizonte: TCE-MG, mar. 2025. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111627867> . Acesso em: 09 abr. 2025.

NOGUEIRA, Denismar A.; PEREIRA, Giselle M. **Desempenho de testes para homogeneidade de variâncias em delineamentos inteiramente casualizados**. Sigmae, Alfenas, v. 2, n. 1, p. 7-22, 2013.

PAULA, Tainah de. **Técnicas de Amostragem**. 2019. Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/tecnicas-de-amostragem/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

PIMENTA, B. F. ; VAZ, Janderson M. . **Mulheres Na Gestão Pública: Estudo do Planejamento do Orçamento Público Municipal sob um Viés de Gênero**. In: Xxiv Semead Seminários em Administração, 2021, São Paulo. XXIV SEMEAD - Seminários em Administração, 2021.

SALES, Tainah Simões; VERAS, Hanna Rayssa Batista. **Participação feminina na política brasileira**. *Revista de Direito*, [S.L.], v. 12, n. 02, p. 01-21, 21 out. 2020. *Revista de Direito*. <http://dx.doi.org/10.32361/2020120210256>.

STEKLOV, Oded; GOFEN, Anat; REINGEWERTZ, Yaniv. **The influence of women's representation on social spending in local government**. *Journal Of Urban Affairs*, [S.L.], p. 1-17, 23 mar. 2023. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/07352166.2023.2177551>.

STEVENS, J. P. **Applied Multivariate Statistics for the Social Sciences**. 5. ed. New York: Routledge, 2009.

SOUZA, Alex Fernandes de; CAMPOS, Paulo Henrique da Silva; BALESTRASSI, Pedro Paulo; PAIVA, Anderson Paulo de. **Análise de variância multivariada (MANOVA) no processo de torneamento do aço AISI H13**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 2023, Online. Anais eletrônicos.... São Paulo: Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/p/175066?lang=pt-br>. Acesso em: 30 jun. 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS. **Primeiro partido feminista do Brasil**. Disponível em: [https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page\\_id=11046](https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046). Acesso em: 30 abr. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres e política: decisões do TSE combatem fraude à cota de gênero**. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/mulheres-e-politica-decisoes-do-tse-combatem-fraude-a-cota-de-genero>. Acesso em: 27 abr. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das Eleições 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>. Acesso em: 21 abr. 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS. **Eleições 2016 – Versão 1.5**. Disponível em: <https://apps01.tre-mg.jus.br/aplicativos/html/ele2016/> . Acesso em: 30 jun. 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS. **Eleições 2020 – Versão 1.0**. Disponível em: <https://apps01.tre-mg.jus.br/aplicativos/html/ele2020/>. Acesso em: 30 jun. 2024.